

Doação para amparo a crianças pode ser facilitada

Pessoas físicas e jurídicas poderão fazer, até o momento da declaração do Imposto de Renda, doações aos fundos dos direitos da criança e do adolescente. A medida, que pode estimular as doações, é prevista em projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

Página 6

Sérgio Cabral preside a Subcomissão de Cinema

A TV digital, a alteração na Lei Rouanet de incentivo à cultura e o aperfeiçoamento da Lei do Audiovisual estão entre os temas a serem analisados pela Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, que passa a ser presidida pelo senador Sérgio Cabral.

Página 2

Senadores vão à reserva Raposa Serra do Sol

Integrantes da comissão criada pelo Senado para acompanhar a crise gerada pela demarcação da reserva Raposa Serra do Sol viajam hoje a Roraima. Mozarildo Cavalcanti, um dos membros da comissão, alerta para o drama social resultante da demarcação.

Página 8



Gerardo Magela

Niemeyer, patrono da arquitetura brasileira

Projeto que concede título ao arquiteto de Brasília é enviado à sanção presidencial.

Página 3

UNANIMIDADE Renan comunica a Niemeyer (ao lado de Paulo Octávio) a decisão do Legislativo

Votação da tabela do IR fica para terça-feira

Plenário aguarda acordo para votar medida provisória que corrige em 10% as tabelas de retenção na fonte e de declaração anual do Imposto de Renda Pessoa Física. Depois dela, serão examinadas oito propostas, sete delas alterando a Constituição

Página 4

COMBATE À POBREZA



José Cruz

COBRANÇA Sachs (E) fala à comissão presidida por Cristovam: ricos devem cumprir promessa de transferir 0,7% do PIB para financiar erradicação da pobreza

Brasil deve pressionar ricos, afirma Sachs na CRE

Página 3



APOIO Agilidade na aprovação do projeto que cria o Fundeb também foi defendida por Ideli

Ideli quer converter dívida em educação

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) defendeu ontem a conversão da dívida externa em investimentos em educação – a exemplo do que a Argentina já fez com parte de sua dívida – e a aprovação do projeto que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o Fundeb. O projeto, que está sendo avaliado pelo governo, ainda não foi enviado ao Congresso.

Ideli destacou as comemorações da 6ª Semana Nacional em Defesa da Educação Pública, que termina hoje, e a marcha promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, na quarta-feira, em Brasília. Segundo a senadora, a luta pela conversão da dívida em educação – que conta com o apoio do ministro Tarso Genro – é, atualmente, “o eixo central de atuação da confederação”.

Sobre a criação do Fundeb, Ideli lembrou que há o compromisso do Executivo para o envio do projeto a tempo de ser votado ainda este ano. A senadora solicitou ao presidente da Comissão de Educação (CE), Hélio Costa (PMDB-MG), a tramitação paralela do projeto no Senado e na Câmara.

Sérgio Cabral assume a subcomissão de cinema

Senador foi escolhido por unanimidade para presidir o colegiado, que funciona no âmbito da CE

O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) foi escolhido ontem por unanimidade para presidir a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, em substituição a Roberto Saturnino (PT-RJ). O colegiado funciona no âmbito da Comissão de Educação (CE) e tem por objetivo discutir temas ligados à cultura. O vice-presidente será eleito na próxima reunião.



RELEVÂNCIA Segundo Sérgio Cabral, questões culturais estão vinculadas ao desenvolvimento do país

Para Sérgio Cabral, as questões ligadas à subcomissão estão relacionadas ao desenvolvimento do povo brasileiro. Entre os assuntos a serem analisados pela subcomissão, o senador destacou a implantação da TV

digital; a alteração da Lei Rouanet; e a atuação da Agência Nacional do Cinema (Ancine).

A inclusão do termo “teatro” no título da subcomissão foi sugerida pelo presidente da CE, Hélio Costa (PMDB-MG), para quem o sucesso da TV brasileira no exterior é fruto dos talentos revelados nos palcos.

O presidente da Ancine, Gustavo Dahl, e a diretora da Associação dos Produtores de Teatro do Rio, Bianca de Felippes, ressaltaram o papel do colegiado. Também estiveram presentes o diretor da Rede Record, Roberto Wagner Monteiro, e o consultor da Rede Globo Francisco Araújo Lima, além de autoridades e lideranças artísticas.



MUDANÇA Diretor nacional do programa, Efraim destaca realização do evento em Campina Grande

Efraim abre seminário do Interlegis

Durante a abertura do V Seminário Regional Interlegis – Região Nordeste, o diretor nacional do programa, senador Efraim Morais (PMDB-PB), anunciou que, até o final de sua gestão como 1º secretário do Senado, em 2007, todas as câmaras dos 223 municípios paraibanos estarão participando do Programa Interlegis. Disse ainda que, até o fim do ano, 3.100 câmaras municipais de todo o país terão recebido as estações de trabalho, que consistem em computador, impressora, aparato para conexão à Internet e treinamento.

O V Seminário Regional Interlegis teve início ontem, na Federação das Indústrias da Paraíba, em Campina Grande. Os trabalhos prosseguem hoje, na Assembléia Legislativa, em João Pessoa. A realização de parte do evento em Campina Grande quebrou um tabu, segundo Efraim: pela primeira vez na história do Interlegis um seminário regional foi sediado fora de uma capital de estado.

O Programa Interlegis visa modernizar e integrar o Legislativo brasileiro por meio da Internet, do ensino a distância e da videoconferência. Hoje já envolve as 26 assembleias legislativas do país, a câmara distrital do DF, o Tribunal de Contas da União, 3.727 câmaras municipais (67% do total), além do Senado e da Câmara.

Participaram também do evento o governador Cássio Cunha Lima; o ex-senador Ronaldo Cunha Lima; o presidente da Assembléia Legislativa da Paraíba, Rômulo Gouveia; o presidente da Câmara Municipal de Campina Grande, Rodrigues Veiga; o especialista do Banco Interamericano de Desenvolvimento José Antônio Navia; o diretor-geral do Senado, Agaciél Maia; o diretor-executivo do Interlegis, Márcio Sampaio; e o diretor do Instituto Legislativo Brasileiro, Florian Madruga.

Agenda

Sessão não deliberativa às 9h

O Plenário realiza hoje, a partir das 9h, sessão não deliberativa. Sem a votação de projetos, ela se destina a pronunciamentos dos parlamentares. Na próxima terça-feira, os senadores retomam a análise do pro-

jecto de conversão (PLV 5/05), originado da Medida Provisória 232/04. O texto reajusta em 10% a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), diminuindo a carga tributária sobre os contribuintes.

Situação dos brasiguaios em debate

Com o objetivo de discutir a situação dos brasiguaios, brasileiros residentes em Foz do Iguaçu (PR), mas que trabalham em Ciudad del Este, no Paraguai, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) realiza audiência naquela cidade, às 10h. Entre os convidados, o embaixador do Brasil no Paraguai, Walter Percly Moreira, e o governador do departamento do Alto Paraná, Gustavo Cardozo.



Cineasta do Senegal

A TV Senado entrevista o cineasta senegalês Moussa Sène Absa, que veio ao Brasil exibir seu filme *Madame Brouette*, premiado nos festivais de Berlim, Milão, Paris e Toronto. O programa vai ao ar hoje, às 12h, e amanhã, às 17h.

Dia do Trabalho

O programa *Prosa e Verso*, que a Rádio Senado exibe às 9h, discute a importância simbólica do Dia do Trabalho, homenagem a oito líderes trabalhistas norte-americanos que morreram enforcados em Chicago, EUA, em 1886.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Flávio de Mattos

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Oscar Niemeyer recebe título de patrono da arquitetura brasileira

Em solenidade realizada ontem no gabinete da Presidência do Senado Federal, o arquiteto Oscar Niemeyer recebeu o título de patrono da arquitetura brasileira. O presidente do Senado, Renan Calheiros, lembrou que o título é resultado de projeto de lei da deputada Luiza Erundina, aprovado por unanimidade pelo Senado. O projeto foi encaminhado à

sanção do presidente da República.

– Não me estranhou a unanimidade, já que Niemeyer e Juscelino se emparelham na grandiosidade de sua obra, ambas sintetizadas de forma monumental na capital da República, Brasília, erguida sobre a obstinação irresistível de um, e sobre a genialidade criativa de outro – afirmou Renan.



HOMENAGEM Niemeyer entre o presidente do Senado, Renan Calheiros, e os senadores Paulo Octávio e José Sarney

Geraldina Margela



ALÍVIO Jonas Pinheiro diz que o ministro Palocci prometeu ajuda para o agronegócio

Governo deverá liberar dinheiro para o campo

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) relatou, ontem, reunião ocorrida entre parlamentares e representantes do setor agropecuário e o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, no Palácio do Planalto. Durante o encontro, o ministro concordou em liberar recursos para a área de defesa sanitária, destinados a proteger plantações e rebanhos, e garantir a aceitação desses produtos, principalmente no exterior.

Segundo o senador, Palocci se comprometeu com a contratação de 100 a 120 técnicos para reforçar a fiscalização dos frigoríficos. O ministro também prometeu retirar do contingenciamento recursos de R\$ 98 milhões destinados ao controle de doenças como a brucelose e a febre aftosa, que afetam o gado, e a ferrugem, que ataca lavouras. Palocci teria dito que o dinheiro será liberado “saia de onde sair”.

Outras reivindicações apresentadas pelos representantes do agronegócio ainda terão de ser negociadas. Entre elas, está a renegociação das dívidas dos produtores que, neste ano, não vão conseguir honrar seus compromissos em razão de alguns fatores: contratação de financiamentos à taxa de R\$ 3,10 por dólar e comercialização a R\$ 2,50 por dólar; juros altos; e queda na produção devido a pragas e doenças.

"Brasil deve pressionar os países ricos para erradicar a pobreza"

Essa é a opinião do economista norte-americano Jeffrey Sachs, que falou em audiência no Senado

O economista norte-americano Jeffrey Sachs afirmou ontem, em audiência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve pressionar os países ricos a cumprir suas promessas de transferir 0,7% de seu produto interno bruto para financiar as metas de desenvolvimento mundial estabelecidas na Cúpula do Milênio, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000.

Sachs afirmou que o presidente é uma liderança cujas



LIDERANÇA Para Sachs, o Brasil tem que lutar por um assento no Conselho de Segurança da ONU

declarações são ouvidas no mundo, em especial “quando ele fala ao lado de líderes como o presidente da França, Jacques Chirac, ou o primeiro-ministro espanhol, Rodriguez Zapatero”.

Para obter mais força global, segundo Sachs, o Brasil deve intensificar os esforços para

conquistar um lugar no Conselho de Segurança da ONU. Ele disse que o Brasil tem amigos em vários países, entre ricos e pobres, que podem ajudá-lo a alcançar esse objetivo.

No âmbito interno, as principais recomendações de Sachs foram: investimentos em infraestrutura, saúde e educação. O programa de creches para crianças de zero a seis anos, previsto em proposta de emenda à Constituição da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), já aprovada no Senado, foi citado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) como um dos meios para alcançar os objetivos do Projeto do Milênio no campo da educação.

O economista falou também da política norte-americana em relação ao mundo.

– Entre os países doadores,

nós somos os de menor percentual de transferência para programas de ajuda internacional – afirmou Sachs, lembrando que o governo George W. Bush decidiu dar prioridade aos investimentos militares.

Jeffrey Sachs foi convidado para a audiência por proposta do presidente da comissão, Cristovam Buarque (PT-DF), para falar sobre o papel do Brasil no Projeto do Milênio, do qual é diretor designado pela ONU.

O Congresso Nacional já conta com uma bancada do milênio, formada por 16 senadores e 14 deputados de vários partidos. A bancada será coordenada por Cristovam Buarque. Um dos objetivos do projeto é a abertura dos mercados dos países ricos para os produtos agrícolas dos países pobres.



INTEGRAÇÃO Zambiasi afirma que a meta final da comissão é um parlamento comum do Mercosul

Zambiasi é eleito para comissão do Mercosul

A Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul elegeu, ontem, os senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS), para a presidência, e Pedro Simon (PMDB-RS), para a vice-presidência, para o biênio 2005/2006. Assume a secretaria-geral o deputado

Dr. Rosinha (PT-PR), até então presidente da comissão, e, como secretário-geral adjunto, o deputado Leodegar Tiscoski (PP-SC).

Zambiasi observou que, em um momento em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva dá muita atenção aos temas latino-americanos, a comissão tem um papel fundamental para estimular a integração entre os países. A criação de um parlamento comum para os países do Mercosul, observou o senador, é a meta final dessa integração.

A Comissão do Mercosul é composta por nove senadores e nove deputados, com igual número de suplentes. Deputados e senadores se alternam, a cada dois anos, na presidência da comissão. Como no biênio anterior o presidente foi um deputado, agora é a vez de o posto ser ocupado por um senador.

Arthur Virgílio critica a política externa do governo federal

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) enumerou, ontem, posições adotadas recentemente pelo Brasil no tocante às relações internacionais e alertou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para as consequências do que considera uma política externa “mal conduzida”.

– O povo brasileiro percebe que as relações internacionais são puro *marketing* e restringem-se a ações como visitas a ditadores, por exemplo em Cuba, que virou uma Disneylândia da esquerda. Já a aliança do presidente Lula com o líder da Venezuela, Hugo Chávez, me parece emocional e não presidencial – disse.

Arthur Virgílio criticou a insistência do Brasil em ter um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização

das Nações Unidas (ONU). Para ele, depois do ataque dos Estados Unidos ao Iraque, “a ONU acabou”. O senador lembrou ainda que os Estados Unidos estão formando a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e deixando o Brasil de fora por falta de política externa.

O parlamentar amazonense ressaltou que o Brasil também retrocedeu em acordos com a União Européia, devido ao seu protecionismo agrícola. O Mercosul, acrescentou Arthur Virgílio, também “não existe”, porque a Argentina vetou a candidatura do Brasil ao Conselho de Segurança da ONU, e o Brasil também não apóia o uruguaio Carlos Pérez del Castillo para a presidência da Organização Mundial do Comércio (OMC).



MATERIALISMO Simon alerta para ameaças ao patrimônio ético da civilização

Simon prega interação da fé com a política

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) alertou ontem para o avanço das tendências culturais que ameaçam o patrimônio ético da civilização: “a exacerbação do indivíduo, o pretensão direito a uma determinada concepção de liberdade, a busca da satisfação e do enriquecimento material”. Ele apontou o Centro Nacional Fé e Política Dom Hélder Câmara, criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), como uma das formas de reagir a esse processo.

O objetivo da CNBB, segundo o parlamentar, é contribuir para a formação cristã de lideranças políticas, aprofundando seus conhecimentos de teologia, doutrina social e da Bíblia, para que elas possam ajudar a construir uma sociedade mais justa, democrática e solidária.

– É preciso unir mais a atuação política e o pensamento cristão, levando em conta os valores do Evangelho. Sem fé e política minha vida não teria sentido – disse. As gerações mais jovens, na sua opinião, cresceram desprovidas de utopias, e seus projetos de vida “não ultrapassam desejos de consumo”.

Renan responde hoje a Fonteles

Em resposta a uma questão de ordem levantada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), no decorrer da sessão de ontem, sobre o destino que será dado à documentação recebida e arquivada pela CPI do Banestado, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que encaminhará a informação solicitada hoje, “no exato prazo determinado pela legislação brasileira”. Renan Calheiros se referia a um ofício encaminhado, no início deste mês, pelo procurador-geral da República, Cláudio Fonteles.

Adiada para terça votação da MP que reajusta tabela do IR

Medida provisória, transformada em projeto de conversão, foi alterada pelo governo e deverá ser aprovada sem problemas

O presidente do Senado, Renan Calheiros, adiou para terça-feira a votação da Medida Provisória 232/04, que continua trancando a pauta de votações do Plenário por ter sido assinada pelo presidente da República há mais de 45 dias. O documento reajusta em 10% as tabelas de retenção na fonte e da

declaração anual do Imposto de Renda Pessoa Física desde o começo deste ano. Renan afirmou que ainda não havia recebido comunicação das lideranças sobre acordo para votação.

Pouco antes de a medida ser analisada pela Câmara dos Deputados, e diante da possibilidade de derrota do governo, o presidente da República editou a MP 243/05, que revogou a maior parte da MP 232/04, mantendo apenas os artigos que tratam do reajuste das tabelas do Imposto de Renda. As partes que tratavam do aumento de impostos para compensar o reajuste do IR

foram eliminadas do texto. Apesar do adiamento, não deverá haver problemas para a votação da MP 232, que agora, por causa das alterações, transformou-se no Projeto de Conversão (PLV) 5/05.

Na sessão de ontem, foi lido ofício das lideranças indicando o professor de Direito Constitucional João Falcão para compor o Conselho Nacional de Justiça, como representante do Senado. O nome será agora examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), antes da votação em Plenário. O conselho foi criado pela reforma do Judiciário.



AValiação Jefferson lê da tribuna artigo de autoria do ex-secretário Everardo Maciel

Jefferson: é inútil limitar arrecadação

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) sustentou ontem da tribuna que ao governo não interessa mudar a forma como é feito, discutido, votado e cumprido o Orçamento da União porque correria o risco de perder mecanismos de barganha política.

O parlamentar leu trecho do artigo “Ilusionismo fiscal”, assinado pelo ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel e publicado no *Correio Braziliense*, que considera “pueril” e de “inutilidade completa” a decisão do governo de limitar a arrecadação federal a 16% do produto interno bruto (PIB) no próximo ano.

– Está na hora de o Congresso aprovar a emenda constitucional que implanta o orçamento impositivo. Pelo visto, tentativas como esta, de limitar a arrecadação, não são exequíveis, como afirma o ex-secretário Everardo Maciel – opinou Jefferson Péres.

O senador afirmou que, além de resolver os problemas do Orçamento, o Congresso precisa ainda de outras duas medidas com objetivo moralizante: a limitação do uso de medidas provisórias por parte do presidente da República e um corte radical na contratação de comissionados para o serviço público, nos três Poderes, como prevê emenda do senador Tião Viana (PT-AC).

– Só com essas três medidas eu poderia andar nas ruas de cabeça erguida e com orgulho de ser senador da República – enfatizou Jefferson Péres.

No final do texto lido pelo senador, o autor pondera que, se o governo realmente pretende limitar a carga de tributos, bastaria colocar na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) um artigo afirmando que o Executivo não poderá enviar ao Congresso Nacional qualquer medida provisória ou projeto de lei que preveja aumento de alíquotas ou bases de cálculos de impostos e contribuições.

Juros

Renan: política econômica é competência do Executivo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem que não é possível concordar com a proposta feita pelo presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, de transferir do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) para o Congresso Nacional a responsabilidade de definir a taxa de juros.

– Seria temerário. Pode-se aumentar o número de integrantes do Copom, colocando ali pessoas dos setores produtivos, oxigenando a discussão com novos interlocutores, mas substituir o Copom pelo Congresso, não – afirmou.

Renan observou, no entanto, que a maioria dos membros do Copom deve ser do Banco Central.

– É possível ampliar a interlocução, mas garantindo a decisão, a responsabilidade. Não dá para reduzir juros por retórica, por aventura política – frisou.

O senador lembrou que em outros países o Executivo define a política econômica e tem autonomia para sua execução. Cabe ao Congresso, acrescentou, criar condições para a eficiência da economia. Renan considera importante o envolvimento do Legislativo no debate, mas ressaltou que a competência para definir a política de juros deve continuar sendo do Executivo. Ele disse que trazer essa responsabilidade para o Congresso desacreditaria o Brasil e poderia

Genálio Magela



DISCORDÂNCIA Renan é contra transferir para o Congresso tarefas do Copom

elevantar ainda mais a taxa de juros.

– Eu tenho muita preocupação com a politização e com a partidização desse assunto – assinalou.

Agripino aponta despreparo de Lula

O líder do PFL, José Agripino (RN), manifestou sua preocupação com a declaração do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, de que os brasileiros devem procurar juros menores por conta própria. Classificando as declarações como “pérolas do presidente”, Agripino disse que afirmações como essas dão a sensação de que o país está sendo governado por uma pessoa despreparada.

Em apartes, os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Heráclito Fortes (PFL-PI) apoiaram Agripino. Já Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que abaixar as taxas de juros não é tarefa fácil e lembrou que Fernando Henrique também não conseguiu esse feito.

Agripino elogiou Heloísa Helena (PSOL-AL) pela aprovação de proposta que obriga o Estado a manter creches e pré-escolas.



“PÉROLAS” Declarações do presidente sobre juros foram criticadas por Agripino

César Borges critica Banco Central

O senador César Borges (PFL-BA) criticou ontem o presidente Lula por sua declaração de que o povo “não levanta o traseiro da cadeira” para procurar juros mais baixos nos bancos. O parlamentar acusou o presidente de “desconhecer a realidade dos cidadãos.”

– Lula mostra desconhecer a burocracia bancária e a dificuldade que o cidadão enfrenta, no comércio, quando sua conta tem pouco

tempo – censurou ele, enfatizando que a responsabilidade pelos juros altos é do governo.

César Borges censurou também o Banco Central por não cumprir seu papel de fiscalizador das instituições financeiras. Em aparte, Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou que o presidente “não é ignorante, é um homem brilhante”. Para ela, tais pronunciamentos têm como objetivo “seduzir pessoas humildes”.

Rosevelt Pinheiro



CENSURA Responsabilidade pelos juros altos é do governo, afirma César Borges



DIREITOS Zambiasi comenta projetos que beneficiam empregados domésticos

Zambiasi homenageia trabalhadores

A passagem do Dia do Trabalhador Doméstico, comemorado no dia 27 de abril, foi destacada pelo senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) como uma data importante para o avanço da cidadania.

Zambiasi comentou alguns dos 88 projetos sobre o trabalhador doméstico que tramitam no Congresso. Destacou, por exemplo, projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que reduz a jornada de trabalho para 40 horas semanais e proposta de sua autoria que torna obrigatória a inclusão do empregado doméstico no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e concede o direito ao seguro-desemprego.



IMPACTO Lúcia Vânia mostra que inflação atinge os mais velhos, principalmente

Lúcia Vânia preocupada com idosos

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) manifestou ontem preocupação com os idosos, que são, segundo afirmou, os mais prejudicados pela inflação. A senadora citou dados do Índice de Preços ao Consumidor da Terceira Idade (IPC-3I), criado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que mede o impacto dos aumentos de preços sobre o orçamento dessa faixa da população.

Segundo a pesquisa da FGV, a inflação para a terceira idade foi 18% superior à inflação do conjunto da população, calculada pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC), disse a senadora.

Para Sibá, salário de R\$ 300 é compromisso histórico do PT

■ Senador destaca que, mesmo não sendo ideal, valor pode recuperar poder de compra do trabalhador

Em nome da liderança do PT, o senador Sibá Machado (AC) disse ontem que o novo salário mínimo, de R\$ 300, mesmo não sendo ainda o ideal, reafirma o compromisso histórico do partido com a recuperação do poder de compra do trabalhador.

O senador citou dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), segundo os quais o aumento do salário mínimo de R\$



AUMENTO Sibá afirma que novo mínimo vai injetar R\$ 13,3 bilhões na economia

260 para R\$ 300 deverá injetar R\$ 13,3 bilhões na economia e ampliar a arrecadação tributária em mais de R\$ 3 bilhões. Segundo o senador, a medida implicará um gasto

adicional de R\$ 5,2 bilhões para a Previdência Social este ano.

Sibá elogiou o presidente Lula por manter os critérios estabelecidos durante a discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) com o Congresso, no ano passado, no sentido de garantir a recomposição do salário mínimo, não permitindo que seu valor seja inferior ao crescimento do produto interno bruto (PIB) e da inflação. O senador disse que o governo pretende obedecer os mesmos critérios na LDO em 2006 e ressaltou que, em outras ocasiões, o Congresso estaria tomado pelos debates em torno do aumento do salário mínimo e, hoje, às vésperas da votação da medida provisória que fixa seu valor, pouco se tem falado sobre o assunto.

Paim quer política de reajuste logo

O senador Paulo Paim (PT-RS) pediu ontem a rápida instalação da comissão mista encarregada de definir a política permanente de reajustes para o salário mínimo. O Senado já designou seus representantes na comissão, mas a Câmara dos Deputados ainda não o fez, o que impede a comissão de funcionar.

– Mais uma vez nesta manhã fui para a reunião da comissão sabendo que seria um faz-de-conta.

Ele elogiou o presidente da Câ-

mara, Severino Cavalcanti, por ter instado os líderes dos partidos a indicar os membros da comissão.

Ao se referir ao Dia do Trabalhador Doméstico, comemorado na quarta-feira, o senador lembrou que até hoje não foi aprovado em definitivo o projeto de lei de autoria da ex-deputada e ex-senadora Benedita da Silva (PT-RJ), que estende aos trabalhadores domésticos os mesmos direitos dos demais trabalhadores.



VOLUME Delcídio observa que houve crescimento de recursos para o crédito

Delcídio diz que renda teve melhora

O líder do PT no Senado, Delcídio Amaral (MS), afirmou que, apesar de recentes reportagens demonstrarem que cresceu o número de trabalhadores que recebem salário mínimo, não se pode desconsiderar que houve melhora de renda nas faixas intermediárias. O senador ressaltou que é preciso levar em consideração a dinâmica econômica e as variações no nível de emprego no país nas diversas regiões metropolitanas.



RAPIDEZ Paim pede à Câmara que designe seus representantes na comissão

Além disso, observou, é preciso ver que, mesmo com taxas de juros elevadas, o volume de recursos destinados ao crédito cresceu mais de 21% nos últimos 12 meses, superando os R\$ 500 bilhões. O maior crescimento, informou o senador, se deu nas operações de crédito consignado, com desconto em folha de pagamento, que aumentou 9,8%, somando R\$ 15,4 bilhões em março. O crédito pessoal apresentou um crescimento de 6%.

Suplicy lembra vítimas de acidentes e doenças de trabalho

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) homenageou ontem as vítimas de acidentes e doenças de trabalho. Ele lembrou que, no dia 28 de abril de 1969, uma explosão na mina de Farmington, no estado de West Virginia, Estados Unidos, matou 28 trabalhadores. Desde então, a data passou a ser lembrada pela classe trabalhadora como um dia de clamor por condições favoráveis e seguras no exercício de suas funções. Em 2000, a Organização

Internacional do Trabalho (OIT) determinou que o 28 de abril ficaria marcado como o Dia Internacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho.

Suplicy considera a questão dos acidentes e das doenças de trabalho um tema de ordem política e social, que deve ser permanentemente debatido. O parlamentar frisou que o maior ativo de uma organização é a capacidade de trabalho de seus funcionários.



IMPORTÂNCIA Para Suplicy, tema deve ser debatido permanentemente



CRÍTICA Heloísa Helena diz que governo coloca prefeitos contra emenda das creches

Heloísa Helena denuncia campanha

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) disse ontem que o governo está patrocinando uma campanha junto às prefeituras municipais contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 40/00, de sua autoria, que obriga o Estado a oferecer creches e pré-escolas para crianças de zero a seis anos. A PEC foi aprovada pelo Plenário do Senado na terça-feira e enviada à Câmara dos Deputados.

Heloísa classificou a campanha de “terrorista” e criticou os parlamentares da base do governo que estariam advertindo os prefeitos sobre as dificuldades que as prefeituras enfrentariam para implementar a medida.

– Estão dizendo que vai ser um caos. Disseram, inclusive, que, ao implantar a medida, os prefeitos incorreriam em crime de responsabilidade. O engraçado é que esses mesmos membros da base do governo nada fazem pelos prefeitos deste país – protestou. Ela perguntou por que os que estão “bajulando o governo” não o pressionam, por exemplo, a renegociar a dívida dos municípios com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Tourinho homenageia mãe-de-santo

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) homenageou ontem a mãe-de-santo Maria Estela de Azevedo Santo, também conhecida como Mãe Stella de Oxóssi ou por seu nome religioso, Odé Kayodê. Ela completará 80 anos na próxima segunda-feira. Tourinho ressaltou que Mãe Stella é “uma verdadeira embaixadora cultural”.

– Pode-se dizer que ela é a primeira das grandes mães-de-santo a obter trânsito exitoso no terreiro, como ialorixá, enfermeira e personalidade intelectual – declarou.

Doação para amparo a criança deve ser facilitada

■ Projeto aprovado pela CAS permite contribuições até o fechamento da declaração do IR

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem parecer favorável a projeto de lei da Câmara que visa facilitar e elevar as doações para os fundos dos direitos da criança e do adolescente, de âmbito nacional, estadual ou municipal. O projeto, relatado pela senadora Fátima Cleide (PT-RO), deve passar ainda pelo exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) antes de ir a Plenário.

– O Estatuto da Criança e do Adolescente, ao permitir a milhões de contribuintes destinarem parte do Imposto de Renda devido aos fundos ad-

ministrados pelos conselhos da criança e adolescente visou claramente ampliar a participação no amparo a essa população. Entretanto, problemas práticos não previstos pelo legislador, como a impossibilidade de o contribuinte saber quanto de imposto irá pagar no momento da doação, comprometeram a eficácia da lei – explicou Fátima Cleide.

Pelas normas atuais, as doações de pessoas físicas devem ser feitas durante o ano-calendário, ou seja, no ano que precede aquele em que o imposto de renda será apurado. O projeto (PLC 51/04) altera a sistemática ao facultar que as doações sejam realizadas também até o momento da declaração do IR. A opção é estendida às pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido ou arbitrado e às pessoas físicas que optarem pela apresentação da declara-

ção em modelo simplificado.

O limite de 1% de dedução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica passa também a ser fixado na lei, deixando de ser decisão discricionária do Executivo. Outra alteração é a obrigatoriedade de que os formulários da declaração anual do IR contenham campo próprio para a indicação do valor das doações a esses fundos. Além disso, os conselhos nacional, estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente passarão a ter várias obrigações, como a divulgação total dos recursos recebidos e a respectiva destinação.

Para o senador Flávio Arns (PT-PR), o projeto vai representar “uma revolução no Brasil”. O senador Paulo Paim (PT-RS) destacou seu apoio à matéria e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse acreditar que os recursos para os fundos serão elevados.



ALTERNATIVA Em audiência na CAS, presidida por Valadares (D), Humberto Costa informa sobre proposta feita à prefeitura do Rio para solucionar crise

Intervenção no Rio não foi ato político, afirma ministro

O ministro da Saúde, Humberto Costa, negou ontem, em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que a intervenção federal na área da saúde, no município do Rio de Janeiro, tenha sido ato político ou instrumento de perseguição ao prefeito César Maia.

Segundo o ministro, a intervenção baseou-se em “precedentes considerados graves”, a começar pelo que classificou de incapacidade de gestão da prefeitura carioca dos recursos de que dispunha desde 1999. Costa anunciou que fez uma proposta à prefeitura do Rio para pôr fim à crise.

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) criticou duramente a gestão de Humberto Costa. O parlamentar classificou de inconstitucional a intervenção

federal no Rio de Janeiro e observou que o Supremo Tribunal Federal (STF) votou a favor da suspensão da medida.

Em resposta, Costa disse que a decisão do STF não foi baseada no mérito da questão.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) ressaltou que entidades ligadas à saúde, como o próprio Conselho Regional de Medicina (CRM), aplaudiram a decisão do governo federal. Marcelo Crivella (PL-RJ) concordou, enquanto Sérgio Cabral (PMDB-RJ) discordou apenas do modo como foi feita a intervenção, mas disse torcer para que o Ministério da Saúde continue a promover ações no sentido de recuperar os hospitais cariocas. Tião Viana (PT-AC) afirmou que o problema da saúde no Rio requer uma posição política.

Oposição aponta falhas na gestão de Humberto Costa

Humberto Costa negou a existência de crise no sistema de unidades de terapia intensiva (UTIs) no país. Ele admitiu, no entanto, que em estados do Norte e Nordeste existem “expressivos déficits de leitos hospitalares”, que estão sendo corrigidos com a canalização de recursos para o setor, treinamento de pessoal e instalação de leitos semi-intensivos.

Com relação a mortes de crianças indígenas, o ministro salientou que o problema extrapola a área da saúde. Ele explicou que tribos como as localizadas em Dourados (MS) residem em áreas urbanas e enfrentam problemas ligados a saneamento e poluição.

O senador José Agripino (PFL-RN) classificou de incompetente a atual gestão da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Disse que o órgão gasta muito com pessoal e despesas ad-

ministrativas, e observou que doenças praticamente erradicadas, como o mal de Chagas, começam a reaparecer.

Em resposta, o ministro tentou tranquilizar o senador informando que o surgimento da doença de Chagas, no Sul e no Norte do país, foi atípico. Ele garantiu que não há descontrole desse tipo de doença.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) criticou a irregularidade por parte do Ministério da Saúde no fornecimento de medicamentos para doentes de Aids e chamou de “calamidade” a situação que resultou na morte de crianças indígenas.

Já Aloizio Mercadante (PT-SP) enalteceu a gestão de Humberto Costa, afirmando que “marcará história na saúde pública do país”. Como exemplo, lembrou que o ministro restabeleceu o firme combate à dengue.



EXPECTATIVA Na Comissão de Assuntos Sociais, os senadores esperam aumento das doações em favor das crianças

Empregado poderá faltar ao trabalho para vacinar filho

Também foi acolhido pela CAS parecer favorável a projeto do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que permite ao servidor público e ao empregado da iniciativa privada deixar de comparecer ao serviço, por um dia, sem prejuízo do recebimento do salário, para vacinar o filho ou dependente menor. Para tal, o trabalhador deve comprovar a realização da vacinação. A matéria será examinada pelo Plenário.

Tourinho destaca, na justificativa da proposta (PLS 287/04), ser necessário envidar esforços para facilitar o recebimento pelas crianças brasileiras de todas as doses das diferentes vacinas recomendadas pelos órgãos de saúde pública.



SAÚDE Autor do projeto, Tourinho propõe que as crianças recebam todas as vacinas recomendadas

Para o relator, senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC), a vacinação deve respeitar o calendário recomendado pelo Ministério da Saúde.

Ney Suassuna (PMDB-PB) e Paulo Paim (PT-RS) destacaram a importância do projeto.

Aprovado debate sobre importação de pneu usado

Dois requerimentos do senador Flávio Arns (PT-PR) para realização de audiências públicas foram aprovados ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O senador pede a realização de reunião conjunta com a Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para instruir o projeto de sua autoria (PLS 216/03) que trata de medidas ambientais para colocação de pneus usados no país.

O outro requerimento de Arns tem o objetivo de instruir o projeto que trata da profissão de “ortoptista” (PLS 139/03). A CAS acolheu também requerimento de Ideli Salvatti (PT-SC) para audiência pública com o propósito de contribuir para o exame do projeto do senador Marcelo Crivella (PL-RJ) que institui a profissão de teólogo (PLS 114/05).



ESTÍMULO Projeto de Suassuna visa atender região do semi-árido paraibano

Suassuna quer fábrica de biodiesel na PB

Um projeto-piloto para esmagamento e beneficiamento de mamona destinado à produção do biodiesel, na região do semi-árido paraibano, foi defendido ontem pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB). O projeto integra o Programa do Biodiesel, recentemente aprovado pelo Congresso.

A proposta envolve convênios entre as prefeituras de Campina Grande, Fagundes, Boa Vista e Alagoa Nova, para estimular a formação de cooperativas de pequenos produtores para o cultivo da mamona e a construção de usinas de extração e beneficiamento. O investimento inicial seria de R\$ 750 mil.



GANHOS Segundo Raupp, projeto vai gerar empregos, renda e beneficiar ambiente

Raupp pede por construção de gasoduto

A construção do gasoduto Urucu-Porto Velho voltou a ser defendida ontem pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Ele destacou que o projeto, além de gerar emprego e renda, vai utilizar combustível menos poluente e evitar a queima diária de 1,5 milhão de litros de diesel pela usina termelétrica de Porto Velho.

O gasoduto, acrescentou Raupp, também diminuirá o prejuízo da Petrobras com a reinjeção diária de 7,5 milhões de metros cúbicos de gás nos poços de Urucu. Ele destacou o apoio ao projeto tanto da ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, quanto da Petrobras.

Saída para setor de aviação está no mercado, diz Alencar

■ Em audiência, vice-presidente afirma que há empresas nacionais e estrangeiras interessadas em comprar a Varig

Em audiência pública realizada ontem, em reunião conjunta das comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), o vice-presidente da República e ministro da Defesa, José Alencar, defendeu

uma solução de mercado para a crise das companhias aéreas.

Com referência à Varig, ele afirmou que a empresa, além do problema trabalhista, tem muitos débitos com credores particulares, o que inviabiliza negociações para alongar suas dívidas. Caso os débitos fossem apenas com o Estado, observou Alencar, dilatar os prazos seria um objetivo exequível.

– A solução de mercado é muito melhor porque há empresas interessadas na compra da Varig, grupos nacionais e internacionais.

O ministro defendeu também a exposição do setor aéreo a cenários competitivos, bem como a utilização, pelo governo, de mecanismos de regulação para compensar falhas de mercado na interação das companhias com fornecedores monopolistas ainda não adequadamente regulados.

José Alencar também manifestou confiança na futura Agência Nacional da Aviação Civil (Anac), em processo de criação por projeto de lei complementar (PLC 62/04), para monitorar o mercado aéreo.



DEBATE Mares Guia, Alencar, Tasso e Heráclito, na audiência que tratou de novos marcos para o setor de transporte aéreo

Para Mares Guia, não há "febre nem crise" na atividade

O ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, afirmou ontem, na audiência conjunta das comissões de Serviços de Infra-Estrutura e de Desenvolvimento Regional e Turismo, que o setor de transporte aéreo não está enfrentando nenhuma crise financeira.

– Não temos febre nem crise. Há apenas uma empresa com estrutura de capital desequilibrada.

Mares Guia disse ainda que o Ministério do Turismo é a favor da criação da Agência Nacional de Aviação Civil, conforme o PLC

62/04, em tramitação no Senado.

– É um instrumento eficaz da sociedade civil e que traz absoluta transparência e segurança para o investidor. O projeto oriundo da Câmara foi fruto de um longo e difícil acordo em que o Sindicato dos Aeronautas e o Sindicato dos Aeroviários tiveram oportunidade de opinar com toda a franqueza.

Céus abertos

Quanto à proposta de liberalização do espaço aéreo, a chamada política de "céus abertos", para que empresas aéreas internacionais

possam operar vôos no Brasil, na aviação de cabotagem, entre pontos do território nacional, o ministro fez uma restrição. Ele disse ser favorável à permissão para as companhias da América do Sul, mas não para as dos Estados Unidos.

O ministro argumentou que a maior empresa brasileira tem menos de 90 aviões, enquanto as grandes norte-americanas possuem, em média, mais de 800. Por isso, nessa competição, acredita o ministro, as empresas nacionais só sairiam perdendo.

Presidente da CNI debate com Renan sobre projetos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu na manhã de ontem o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), deputado Armando Monteiro (PTB-PE), com quem conversou sobre os projetos existentes no Legislativo destinados a racionalizar o ambiente regulatório e institucional em que atuam as empresas.

– Falamos dos projetos que condicionam esse ambiente. Coisas como direito de propriedade, marcos regulatórios, questões relacionadas com a racionalização do sistema tributário, em suma, questões bastante amplas – informou o deputado.

Armando Monteiro deixou a



DIÁLOGO Preocupação com ambiente regulatório na pauta de Monteiro (E) e Renan

Presidência do Senado dizendo ser fundamental que o setor empresarial se sintonize com o Congresso e transmita à instituição sua compreensão de que o Legislativo tem

papel extremamente importante no processo de desenvolvimento das empresas. "O presidente Renan sempre demonstrou muita sensibilidade para essa agenda", disse.



BASE Estudo foi feito com base em metodologia de Harvard, conforme Ribeiro

Flexa Ribeiro destaca mapa para indústria

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) entregou à Mesa do Senado, ontem, o Mapa Estratégico da Indústria 2007/2015, no qual estão definidas as principais metas do setor em termos de crescimento e modernização. Conforme explicou o senador, a elaboração do mapa recorreu a metodologia desenvolvida pela universidade americana de Harvard.

Dezenas de entidades empresariais trabalharam de modo compartilhado no projeto, que poderá ser executado independentemente de "mudanças de governos", observou Flexa Ribeiro. Entre as propostas, destaca-se a expansão da base industrial.



ERRO Motta: Conselho agiu "criminosamente" ao forçar venda de fábrica da Nestlé

Motta protesta contra decisão do Cade

O senador João Batista Motta (PMDB-ES) protestou contra a decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) de obrigar a Nestlé a vender a fábrica de chocolates Garoto, em Vila Velha (ES). O senador acredita que a decisão, tomada dois anos e meio após o negócio consumado, foi feita "de maneira criminosamente, errada e sem obedecer a nenhum preceito legal".

Motta lembrou que ele e os outros senadores pelo Espírito Santo não estão preocupados com quem será o novo dono da fábrica, mas se este irá ampliar a produção e manter os empregos.

Comissão acompanha crise em reserva indígena

■ Grupo de senadores viaja para Raposa Serra do Sol, em Roraima, onde índios mantêm federais como reféns

Os membros da comissão especial externa do Senado Federal, criada na última terça-feira para acompanhar a crise na demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, viajam hoje para Roraima. Deverão permanecer na região até o início da próxima semana.

A informação é do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), presidente da comissão, que é integrada ainda pelos senadores Augusto Botelho (PDT) e Wirlande da Luz (PMDB), ambos também de Roraima. Mozarildo informou que mais



CRÍTICA Mozarildo, presidente da comissão, diz que o governo desconsiderou informações técnicas

de 2 mil índios mantêm como reféns, na aldeia Flechal, quatro agentes da Polícia Federal.

Ao analisar o processo de demarcação, o senador disse que o governo Luiz Inácio Lula da Silva desconsiderou dados técnicos e manifestações de segmentos do estado contrá-

rios à iniciativa.

Mozarildo sugeriu ainda que o Supremo Tribunal Federal “foi induzido ao erro” ao cassar liminar de instâncias judiciais inferiores. Segundo ele, uma ação movida por cidadãos de Roraima tinha conseguido gerar liminar bloqueando a demarcação da reserva pelo governo até o julgamento do mérito da questão. Essa decisão teria sido atropelada pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

O senador disse que Roraima tem 35 reservas indígenas, contando com a Raposa Serra do Sol, que ocupam 50% de seu território. Assinalou ainda que os indígenas representam apenas 8% da população do estado e, desses, 80% moram em cidades.

Augusto diz que demarcação pode desempregar 5 mil

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) criticou a forma como o governo federal conduziu a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima. Ele afirmou que a demarcação ocorreu de modo unilateral, sem respeito aos direitos dos trabalhadores locais. Advertiu ainda que o processo poderá deixar 5 mil pessoas sem emprego.

Augusto leu em Plenário a nota da coluna Parabólica, publicada na edição de ontem do jornal *Folha de Boa Vista*. O

texto tem sintonia com a opinião do parlamentar, ao acusar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de ignorar as posições do Congresso Nacional e do Poder Judiciário sobre a questão e decidir unilateralmente demarcar a reserva, “agredindo o bom senso, o interesse nacional, a vontade de milhares de índios e prejudicando o futuro de Roraima”.

O senador informou que o jornal publicou ainda que o governo Lula avaliou mal a situação da reserva, desconsi-



AValiação Para Augusto, o governo desconsiderou a capacidade de reação da população de Roraima

derou a capacidade de reação da população roraimense insatisfeita com sua demarcação e orientou as ações no processo ouvindo apenas a minoria indígena.

Francisco Pereira despede-se do Senado

Em discurso emocionado, Francisco Pereira (PL-ES) despediu-se ontem do Senado, depois de exercer o mandato de senador por quatro meses. Ele é suplente do senador Magno Malta (PL-ES), que reassume seu mandato.

Francisco Pereira fez vários agradecimentos, em especial a Malta, pela confiança que depositou nele e também por seu companheirismo e amizade. Ele ressaltou o patriotismo



EMOÇÃO O suplente Francisco Pereira discursou emocionado e agradeceu ao titular, Magno Malta

e dedicação ao povo brasileiro e capixaba demonstrado pelo senador titular, com destaque para sua luta contra o narcotráfico.

– Um parlamentar que, com orgulho, sempre levantou a bandeira de combate às dro-

gas e outras tantas batalhas em prol da sociedade brasileira premiou-me com esse belo trabalho em prol da coletividade – assinalou Francisco Pereira.

Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) destacou, em seu nome e no do senador Pedro Simon (PMDB-RS), o brilhantismo da atuação de Francisco Pereira no Senado.

Também prestaram homenagens ao colega que se despedia os senadores Sibá Machado (PT-AC), Gerson Camata (PMDB-ES) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que presidia a sessão.



DESNUTRIÇÃO O antropólogo Aoki, o missionário Heck, o senador Juvêncio e o deputado estadual Pedro Kemp analisam problema indígena

Especialistas debatem causas da fome entre índios

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realizou, ontem, audiência pública para analisar os casos de desnutrição de crianças indígenas ocorridos em Dourados, em Mato Grosso do Sul.

Um dos convidados, o representante do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Egon Heck, destacou que atualmente há 30 milhões de cabeças de gado em Mato Grosso do Sul, sendo que cada animal ocupa de um a três hectares. Já os índios caiovésguaranis vivem com menos de um hectare por pessoa. Além disso, ressaltou, 5 milhões de toneladas de soja deverão ser colhidos no estado neste ano. “E essa soja não matará a fome das crianças caiovésguaranis”, disse Heck.

Na opinião do missionário, tudo isso é resultado de uma

proposta de desenvolvimento “ecologicamente predatória, concentradora, socialmente empobrecedora”.

Outro dos presentes, o antropólogo e ex-membro da extinta organização não-governamental Projeto Kaiowá Nhandeva (PKN) Celso Aoki, afirmou que há mais de dez anos os índios da região vêm enfrentando o flagelo da desnutrição. Atualmente, lidam com alcoolismo, violência, suicídios, entre outros problemas.

Aoki assinalou que a causa principal dos problemas deriva da “relação dos índios com a terra”. Ele destacou que, desde o século passado, os índios de Mato Grosso do Sul foram alocados pelo governo em reservas muito restritas. Com o tempo, elas se tornaram pequenas demais para a quantidade de habitantes.

Para deputado, conflito em Mato Grosso do Sul é iminente

Durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realizada ontem para debater as causas da desnutrição de crianças indígenas em Mato Grosso do Sul, o deputado estadual do PT Pedro Kemp afirmou que um conflito na região é iminente. Para ele, isso pode ocorrer porque os índios estão restritos a áreas muito limitadas naquele estado, apesar de apresentarem crescimento populacional duas vezes maior que o do restante da população.

Kemp pediu que sejam adotadas medidas urgentes para solucionar o problema. Ele acredita que a questão da demarcação de terras indígenas na região só será equacionada se o Congresso permitir a

indenização de proprietários que compraram terras indígenas do próprio governo federal, de forma legal.

Atualmente, a lei não admite esse tipo de indenização. O deputado lembra, no entanto, que os fazendeiros não têm culpa de um erro cometido pelo Estado, que promoveu o aldeamento dos índios e vendeu as terras dessas populações para serem transformadas em fazendas.

O senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), que presidiu a reunião da comissão, pediu que se encontre o mais rápido possível solução jurídica para o problema. Solicitou também aprovação de proposta de sua autoria que modifica a Constituição autorizando a indenização a fazendeiros de posse de terras indígenas.